

O Brasil está de volta: credibilidade e protagonismo na política externa de Lula da Silva

Brazil is back: credibility and protagonism in Lula da Silva's foreign policy

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.133296>

Luciano da Rosa Muñoz
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
lmunoz1984@hotmail.com  

Resumo

Neste artigo analisamos os primeiros cem dias da nova política externa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso em mente, aplicaremos o método histórico baseado em conceitos brasileiros em Relações Internacionais, tais como autonomia e equidistância pragmática. Pretendemos explicar eventos atuais por meio de estruturas históricas da política externa brasileira dos anos 1930, 1960 e 2000. Defendemos que a agenda ambiental se tornou o pivô da nova política externa, em razão da necessidade de se implementar uma nova renovação de credenciais para o Brasil. No que se refere à Guerra da Ucrânia, argumentamos que a posição brasileira de equidistância é a mais adequada para perseguir os interesses nacionais definidos nos termos do desenvolvimento. Afirmamos que a equidistância está enraizada não apenas nas tradições diplomáticas, mas também está em linha com o princípio da não-intervenção. No entanto, argumentamos que a proposta de Lula de um "clube da paz" pode prejudicar tal equidistância se ele não puder evitar expor contradições em seus pronunciamentos.

Palavras-chave: Política Externa de Lula da Silva; Equidistância pragmática; Guerra da Ucrânia; Agenda ambiental.

Abstract

In this paper we analyse the first hundred days of President Luiz Inácio Lula da Silva's new foreign policy. With that in mind we will apply the historical method grounded on Brazilian concepts of International Relations such as autonomy and pragmatic equidistance. We intend to explain current events by means of Brazilian foreign policy historical structures of the 1930s, the 1960s, and the 2000s. We defend that the environmental agenda has become the new foreign policy's pivot due to the need of implementing a new renewal of credentials for Brazil. When it comes to the War in Ukraine, we argue that Brazil's position of equidistance is the best suited to pursue national interests defined in terms of development. We affirm that equidistance is rooted not only in diplomatic traditions but is also in tune with the principle of non-intervention. However, we argue that Lula's "peace club" proposal may jeopardize such equidistance if he cannot help exposing contradictions in his statements.

Keywords: Lula da Silva's foreign policy; Pragmatic equidistance; War in Ukraine; Environmental agenda.

Recebido: 18 Junho 2023
Aceito: 24 Janeiro 2024

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

No presente artigo, almejamos efetuar uma análise dos cem primeiros dias da política externa do novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em janeiro de 2023. Dentro do amplo espectro da política externa brasileira, a escolha por privilegiarmos as agendas do meio ambiente e da Guerra da Ucrânia justifica-se pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, a nova ênfase atribuída às questões ambientais pelo atual governo do presidente Lula necessita explicação. Em seus primeiros mandatos, a estratégia de autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) utilizou-se da cooperação Sul-Sul principalmente nas agendas do comércio internacional e da reforma das instituições internacionais. Por que agora o meio ambiente tornou-se central para a política externa brasileira? Em relação à Guerra da Ucrânia, por sua vez, o Brasil tem buscado ocupar uma difícil posição de mediador não isenta de ambiguidades. Por um lado, o país condena do ponto de vista jurídico a agressão russa à Ucrânia. Por outro, argumenta em favor de uma solução política para o conflito por meio da obtenção imediata de um cessar-fogo, o que poderia privilegiar a ocupação russa no terreno. Por que o Brasil adota tal posição de neutralidade no conflito?

Este artigo aplica o método histórico baseado no emprego de conceitos brasileiros em Relações Internacionais (CERVO, 2008). Dessa forma, buscaremos compreender os fatos atuais através dos conceitos de autonomia periférica (JAGUARIBE, 1979), equidistância pragmática (MOURA, 1980), renovação de credenciais (FONSECA JR., 1998), entre outros. O trabalho sustenta duas hipóteses. Em primeiro lugar, argumentamos que a agenda ambiental se tornou o pivô da atual política externa, pois era preciso restaurar a boa imagem internacional do país em face da percepção de agravamento da crise climática. Por essa razão, a primeira seção do artigo volta-se à compreensão da importância do meio ambiente para a chamada “volta do Brasil” ao cenário internacional. Na segunda seção, desenvolvemos a outra hipótese de trabalho. Afirmamos que a posição equidistante do Brasil na Guerra da Ucrânia é correta e atende ao interesse nacional definido nos termos do desenvolvimento. Por outro lado, argumentamos que a busca por protagonismo na mediação do conflito é um objetivo difícil de ser alcançado, pois não está isento de ambiguidades que podem emergir no discurso diplomático brasileiro.

Método e conceitos

Com base na Escola Francesa de História das Relações Internacionais, afirmam Cervo e Bueno (2011) que há duas categorias de análise centrais ao método histórico. Em primeiro lugar, é preciso observar o sistema das causalidades, das forças profundas ou necessidades que atuam sobre os tomadores de decisão na política externa. As forças profundas incluem um conjunto de estruturas e processos históricos sobretudo de natureza econômica, porém também demográficos, geográficos, culturais e psicológicos. Em segundo lugar, há o sistema das finalidades, as quais englobam a definição do interesse nacional e das metas e objetivos da política externa. Dessa forma, a análise das decisões de Estado no tempo presente, resultantes do processo de formulação de sua política externa, precisa levar em conta o peso que têm as condicionantes históricas de sua inserção internacional.

Nesse sentido, considera Cervo (2008) que a política externa brasileira agregou ao longo do tempo um conjunto de princípios e valores à diplomacia, cujos padrões de conduta dão previsibilidade à atuação internacional do Brasil. Dentre os componentes desse acumulado histórico da diplomacia brasileira, destaquemos alguns. Conforme veremos para o caso da Guerra da Ucrânia, a posição do Brasil baseia-se na solução pacífica de controvérsias e na não-intervenção, assim como no realismo e no pragmatismo. Por sua vez, o desenvolvimento como vetor consolidou-se, desde a década de 1930, como parte desse acumulado histórico. A política externa converteu-se em meio para trazer tecnologia e investimentos do exterior necessários ao desenvolvimento do Brasil. É o vetor do desenvolvimento, conforme veremos, o que permite pensar em conjunto agendas distintas da política externa atual, tais como o conflito na Ucrânia e a agenda ambiental. Por fim, é preciso destacar o componente da independência de inserção internacional, a qual presume privilegiar a visão de mundo brasileira e aumentar sua autonomia decisória em política externa.

Do ponto de vista epistemológico, Cervo (2008) privilegia conhecer a política externa por intermédio de conceitos brasileiros. Assim, a presente análise fará uso de conceitos tais como equidistância pragmática (MOURA, 1980), autonomia periférica (JAGUARIBE, 1979), renovação de credenciais (FONSECA JR., 1998) e autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). É inegável, por outro lado, que conceitos como potência média (SENNES, 1998; LAFER, 2007) e pragmatismo (LIMA; MOURA, 1982) não são exclusivamente brasileiros. O próprio Cervo (2008, p. 22) reconhece esse ponto quando afirma que o “caráter nacional incrustado na formação de conceitos brasileiros incorpora por certo a influência estrangeira”. Quando cabível, ademais, consideramos importante analisar a política externa brasileira levando-se em conta teorias estrangeiras em conjunto com conceitos nacionais (MUÑOZ; SPODE, 2019). Os conceitos possuem sua própria historicidade, na medida em que surgem como abstrações para explicar fenômenos em contextos históricos específicos. Entretanto, seu alcance não se exaure nos fenômenos a que se referem, pois podem permanecer e ter aplicabilidade posterior (CERVO, 2008). À luz do método histórico, portanto, podemos mobilizar conceitos brasileiros elaborados em décadas anteriores a fim de explicar fenômenos da política externa atual.

Originalmente, o conceito de “equidistância pragmática” foi pensado para analisar a política externa de Getúlio Vargas antes da Segunda Guerra Mundial. No raciocínio de Moura (1980), algumas premissas do contexto histórico da década de 1930 eram importantes. No âmbito do sistema internacional, a ascensão comercial e ideológica da Alemanha nazista ameaçava a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, a qual havia-se consolidado após a Primeira Guerra Mundial. Por sua vez, o interesse nacional brasileiro, definido como desenvolvimento econômico, amparava-se na expectativa de ajuda financeira dos Estados Unidos ao processo de industrialização. De acordo com o autor, a disputa entre os dois polos hegemônicos ampliava as possibilidades de atuação do Brasil, uma vez que seu alinhamento com os Estados Unidos precisaria ser negociado. Manter-se equidistante entre ambos era uma estratégia pragmática de política externa que resultou afinal na obtenção do financiamento norte-americano à siderurgia brasileira. Essa política de indefinição entre os polos hegemônicos maximizou a margem de autonomia do Brasil.

De acordo com Lima e Moura (1982), uma política externa pragmática é aquela que não se orienta por princípios rígidos, mas que submete cada problema prático a um tratamento particular conforme a medida do interesse nacional. No caso da política externa de Vargas, o pragmatismo presumia negociar com ambos os polos hegemônicos apesar de suas diferenças ideológicas, tendo-se em vista a necessidade de avançar o processo de industrialização brasileira. Desde a década de 1960, a política externa tornou-se cada vez mais um instrumento do desenvolvimento econômico. Era preciso diversificar parceiros comerciais e fontes de financiamento externo sem preconceitos ideológicos. O paradigma globalista da política externa consolidou-se entre o advento da Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart e o pragmatismo responsável de Ernesto Geisel. Conforme Lima (1994), um paradigma de política externa é uma teoria de ação diplomática constituída por um conjunto articulado de ideias-base. Em primeiro lugar, o globalismo deixava de considerar os Estados Unidos como epicentro da política externa em função da necessidade de se globalizar as relações exteriores do Brasil. Em segundo lugar, o país passava a buscar uma atuação mais autônoma no cenário internacional amparado no aumento de sua capacidade industrial e nas negociações com pequenas e médias potências no eixo Norte-Sul.

Aplicado ao caso brasileiro, o conceito de potência média pode ser pensado em três dimensões. Em primeiro lugar, conforme Keohane (1969), as potências médias podem ser consideradas *system-affecting states*, uma vez que dependem da articulação de alianças e coalizões nos foros multilaterais para que possam afetar o sistema internacional. Por sua vez, afirma Sennes (1998) que o Brasil – juntamente com Índia, México e Coreia do Sul – compõe o rol das potências médias recém-industrializadas. Nas décadas de 1960 e de 1970, seu processo de industrialização acelerou-se, bem como sua participação no comércio e sistema financeiro internacionais. Como potência média, o comportamento do Brasil caracteriza-se pela dupla inserção. Em face das grandes potências, o objetivo é manter-se livre de sua influência direta. Em relação às pequenas potências de seu entorno regional, exercer liderança. Em terceiro lugar, no caso do Brasil, em função

de sua tradição diplomática, sua condição de potência média de escala continental o permite ter um papel na construção da ordem internacional por meio da mediação entre grandes e pequenas potências no plano multilateral (LAFER, 2007).

Seja na equidistância pragmática, seja no globalismo, a condição de potência média do Brasil possibilitava buscar autonomia em face das grandes potências. Segundo Jaguaribe (1979), como potência regional, o Brasil é um exemplo de autonomia periférica, pois está situado em um quadro assimétrico marcado pela superioridade econômica, tecnológica e militar dos Estados Unidos. Conforme o autor, a autonomia não é um atributo ou conquista estável e permanente. Em um dado momento histórico, é necessário que o país possua viabilidade nacional, constituída por recursos humanos e naturais, capacidade de intercâmbio internacional, integração sociocultural e nível educacional de seu povo. Além disso, o exercício da autonomia depende da permissividade internacional, ou seja, de sua situação geopolítica e de suas relações internacionais em cada momento histórico. A situação geopolítica do Brasil na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, de proximidade com o norte da África, aumentou sua margem de autonomia em face dos Estados Unidos, interessados em instalar bases militares no Nordeste.

Durante o regime militar, por sua vez, a autonomia presumia manter distância com respeito aos regimes internacionais de não proliferação nuclear, meio ambiente e direitos humanos. Ao tempo da Conferência de Estocolmo (1972), o Brasil recusou-se a aceitar limitações a seu crescimento econômico vindas de normas ambientais internacionais. Naquele momento, o meio ambiente era compreendido simplesmente como uma fonte de recursos naturais a serem extraídos e utilizados. Em razão disso, o país era visto no mundo como um “vilão ambiental”. Após o fim da Guerra Fria, entretanto, a globalização e a redemocratização forçaram a revisão do conceito e da prática da autonomia. De acordo com Fonseca Jr. (1998), o Brasil começou a restaurar sua boa imagem internacional por meio da renovação de suas credenciais. Nesse sentido, a autonomia passou a significar a participação nos regimes internacionais para que o país pudesse influenciar a construção das normas da governança global. Assim, o Brasil viria a sediar a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, a qual consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a busca por autonomia manteve-se central para a política externa brasileira na década de 1990. Dentro do Itamaraty, entretanto, o paradigma globalista dividiu-se em duas correntes. Por um lado, os institucionalistas pragmáticos, atuantes durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, associavam a adesão pragmática do país aos regimes internacionais à credibilidade e à atração de investimentos externos. Por outro, a corrente autonomista, forte durante os primeiros governos de Lula, defende a projeção mais autônoma e protagonista do Brasil na ordem internacional e busca a reforma da governança global, bem como a liderança da América do Sul (SARAIVA, 2010). FHC utilizou-se da diplomacia presidencial através de viagens internacionais para encontros com outros mandatários e empresários estrangeiros. Era preciso atrair divisas necessárias à estabilidade do Plano Real. A diplomacia presidencial é um modo de implementação de política externa que se intensificou com a globalização (DANESE, 2007). Nos primeiros governos de Lula, por sua vez, sua diplomacia presidencial buscou executar a estratégia de autonomia pela diversificação, em que as coalizões Sul-Sul foram priorizadas tendo-se em vista aumentar o poder de negociação com os países ricos (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007). Conforme veremos a seguir, seus cem primeiros dias de governo, em 2023, sinalizam o retorno dos autonomistas na condução da política externa brasileira.

A agenda ambiental

Em seu discurso na COP-27, realizada no Egito no final de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil está de volta. Naquele momento, recém haviam ocorrido as eleições no país, nas quais venceu Jair Bolsonaro por pequena margem de votos. Em sua primeira fala internacional como presidente eleito, Lula destacou o legado negativo do governo anterior, cuja política externa isolou o país no mundo e opôs-se ao regime ambiental a par do aumento dos índices de desmatamento da Amazônia. Segundo afirmou Lula (G1, 2022), a emergência climática afeta com mais intensidade os mais

vulneráveis. Dessa forma, a volta do Brasil está atrelada à busca da promoção de justiça ambiental e de justiça social. Essa intenção ficou bastante clara por ocasião da resposta à crise humanitária que afetava o território Yanomami no início de 2023. O presidente deslocou-se em pessoa com uma comitiva de ministros até Roraima para tomar pé da situação. A reação do governo foi célere e efetiva. Houve bloqueio aéreo da Aeronáutica na região afetada, assim como operação de inteligência da Polícia Federal com vistas a remover garimpeiros do território Yanomami.

O discurso de Lula no Egito e a rápida resposta à crise humanitária em Roraima sinalizaram a vontade de se recuperar a credibilidade do Brasil no mundo, algo colocado em xeque pelo governo anterior. Em especial na gestão de Ernesto Araújo à frente do Itamaraty, houve a tentativa de dar uma guinada na tradição da política externa brasileira praticada ao menos desde a redemocratização (CASARÕES, 2019). Com o fim do regime militar, todos os governos entre José Sarney e Fernando Henrique Cardoso haviam-se empenhado em melhorar a imagem internacional do Brasil. Essa renovação de credenciais presumiu assumir uma postura receptiva e colaborativa junto aos regimes internacionais. Em 1992, como vimos, o Brasil sediou CNUMAD, a qual o colocou em posição de liderança no combate ao aquecimento global. No último governo, a prevalência do antiglobalismo parecia ter revertido essa postura construtiva que já durava trinta anos. No entanto, a guinada de Ernesto Araújo teve vida curta. Ainda durante o governo Bolsonaro, o Itamaraty já retornava à tradição.

Consideramos que o atual governo realiza uma nova renovação de credenciais, sobretudo no que tange à agenda ambiental. Nesse sentido, o ministro Mauro Vieira afirmou em seu discurso de posse no Itamaraty que a primeira instrução recebida do presidente Lula foi a de reabrir canais de diálogo bloqueados pelo governo anterior, dentro do compromisso de reconstrução das relações internacionais do país. Segundo o ministro, Lula reforçou as credenciais brasileiras na agenda ambiental ao oferecer o país como sede da COP-30, em 2025, retomando a linha iniciada por José Sarney em 1988, quando iniciou as gestões para o Brasil sediar a Rio-92 (MRE, 2023a). Como destacamos, a autonomia depende da viabilidade nacional e da permissividade internacional, as quais se alteram a cada período histórico. O mundo atual é bem mais exigente do que aquele que Lula encontrou quando de sua primeira posse em 2003. Desde o Acordo de Paris (2015), o aquecimento global assumiu prioridade em face de todas as outras questões internacionais (RICUPERO, 2023).

Atualmente, a viabilidade nacional do Brasil depende da recuperação de sua economia e da capacidade de sua diplomacia de retomar canais de diálogo interrompidos no último governo. O mundo está bem menos permissivo às soluções concertadas em foros multilaterais, sem o que o país dificilmente poderá exercer protagonismo na solução dos problemas globais. Na recente COP-27, no Egito, destacou-se a necessidade de os países ricos comprometerem-se em financiar ações ambientais no mundo em desenvolvimento para o combate ao aquecimento global, em respeito ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Nesse sentido, foi anunciada a aliança entre Brasil, Indonésia e República Democrática do Congo, países biodiversos que possuem grandes florestas tropicais. De modo acertado, o atual governo almeja resgatar a cooperação Sul-Sul, base da autonomia pela diversificação, porém agora em linha com a centralidade adquirida pela agenda ambiental ao redor do mundo.

Entendemos que a agenda ambiental se tornou o pivô da política externa brasileira, não apenas em função de sua centralidade, mas também porque visa a dar sustentação a outras agendas internacionais do Brasil. No Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, o ministro da Fazenda Fernando Haddad afirmou que a integração regional e a energia limpa são importantes na atração de investimentos à América Latina (G1, 2023). De sua parte, o Brasil deve demonstrar de maneira clara e eficaz que está comprometido com a redução do desmatamento na Amazônia, algo simbolizado pelo retorno de Marina Silva ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em seu discurso de posse, o ministro Mauro Vieira também destacou a necessidade de fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de modo a reativar a cooperação ambiental entre os países amazônicos. A liderança da América do Sul é um dos aspectos que vinha caracterizando a política externa dos primeiros governos Lula. No presente momento, pensamos que a agenda ambiental pode funcionar como suporte para a retomada da posição brasileira na região.

Além disso, a agenda ambiental converte-se em uma das mais importantes bases para a retomada do crescimento econômico por meio da atração de investimentos estrangeiros. Por essa razão, reconstruir a credibilidade do país é tão importante. Em sua primeira viagem internacional, o presidente Lula visitou Argentina e Uruguai. Foi calorosamente recebido pelo presidente Alberto Fernández em Buenos Aires. Naquela ocasião, prometeu que o BNDES financiaria a construção de um trecho do gasoduto argentino de Vaca Muerta a fim de ligá-lo ao Brasil. Consideramos tal iniciativa questionável. Investir em um gasoduto não é a melhor opção se levarmos em conta a centralidade que a agenda ambiental adquire na nova política externa. Além disso, os antecedentes não são bons. Nos primeiros governos do presidente Lula, as relações espúrias entre BNDES e Odebrecht deram origem a muita corrupção. Por sua vez, a concessão de empréstimos para obras em Cuba e Venezuela com base em laços de amizade pessoal entre os líderes e sem maiores garantias de pagamento causaram calotes milionários ao Brasil. Como destaca Ricupero (2023), a questão central do retorno ao poder não é reconhecer as mudanças no país e no mundo, mas o líder agir de fato, do ponto de vista psicológico, diferentemente do que fez antes.

Em sua primeira viagem internacional, o presidente Lula demonstrou que ainda pode estar preso ao passado. Na década de 1990, a integração da América do Sul priorizou a agenda comercial no âmbito do Mercosul. Em sua primeira passagem pelo Itamaraty, durante o governo Itamar Franco, Celso Amorim projetou a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) como contrapeso à hegemonia dos Estados Unidos representada pela ALCA. Em seus primeiros governos, o presidente Lula enfatizou o relançamento do Mercosul voltado para os temas sociais, assim como a construção da UNASUL como foro de concertação política e de defesa. Hoje as circunstâncias são outras. Na última década, a UNASUL esvaziou-se, e a liderança brasileira debilitou-se. Ao lado disso, o enfraquecimento que a economia do país sofreu nos últimos dez anos desaconselha liderar a região através de investimentos em infraestrutura. No Uruguai, o presidente Lacalle Pou recebeu Lula sob a perspectiva da assinatura de um acordo de livre comércio em separado com a China. Assim, não se trata mais de pensar a integração regional como contrapeso aos Estados Unidos. Em anos recentes, foi a China quem se tornou o maior parceiro comercial da maioria dos países sul-americanos.

Dessa forma, é preciso repensar a liderança brasileira na América do Sul, a qual deve amparar-se cada vez mais na agenda ambiental. Erros de avaliação das gestões anteriores devem ser corrigidos. Acertos devem ser mantidos e atualizados. Sem dúvida, a diplomacia presidencial de Lula está entre seus acertos. Sua própria figura e capital político como líder do mundo em desenvolvimento contribuem para resgatar a credibilidade do Brasil. Em Montevidéu, procurou demover o Uruguai da assinatura em separado de um acordo de livre comércio com a China sob o argumento de que agora seria preciso o Mercosul como bloco priorizar a aprovação do acordo com a União Europeia. Em entrevista, Mauro Vieira (2023) afirmou que o bloco europeu dá sinais positivos quanto à ratificação do acordo, porém fará exigências adicionais aos países do Mercosul na área ambiental. De fato, o selo verde e a sustentabilidade são muito importantes para os europeus. Assim, a agenda ambiental também poderá contribuir para a recuperação da economia brasileira por meio do aumento das trocas comerciais com a Europa, sobretudo no que tange ao agronegócio.

Em janeiro de 2023, o chanceler alemão Olaf Sholz visitou o Brasil, sinal da retomada da cooperação bilateral. Naquela ocasião, a Alemanha anunciou seu retorno ao Fundo Amazônia e a liberação de 200 milhões de euros para ações ambientais no Brasil. A visita de Sholz indica que seu país reconhece o protagonismo brasileiro na agenda ambiental e no encaminhamento de soluções para a crise climática. Hoje em dia, a Alemanha investe bastante na produção de hidrogênio verde, o qual é uma fonte de energia limpa obtida a partir da eletrólise da água. O Brasil emerge como parceiro ideal, na medida em que teria condições de gerar hidrogênio verde com uso de energia eólica e solar. Os investimentos alemães indicam o caminho da transição global para uma economia de baixo carbono. É nessa agenda que o Brasil pode realmente ser protagonista nas próximas décadas. Disso decorre o acerto do atual governo em posicionar o meio ambiente como o pivô de sua política externa. Em fevereiro, Lula encontrou-se com o presidente Joe Biden em Washington. Os Estados Unidos anunciaram sua intenção de ingressar no Fundo Amazônia. No comunicado conjunto da reunião, os presidentes

conferiram prioridade urgente à crise climática (MRE, 2023b). Nesse tema, portanto, as relações com Europa e Estados Unidos são bastante promissoras.

Em suma, pensamos que a agenda ambiental apresenta oportunidades e desafios para o atual governo. Por um lado, o Brasil certamente tem um papel central a desempenhar na presente transição para uma economia global de baixo carbono em razão de sua matriz energética limpa e de sua biodiversidade. Tais condições podem permitir ao país exercer protagonismo internacional, conforme defende a corrente autonomista que hoje conduz a política externa brasileira. Entretanto, como *system affecting state*, o Brasil depende dos foros multilaterais para afetar o sistema internacional. Um bom indício disso é a formação da coalizão com Indonésia e República Democrática do Congo. Resta saber se o BIC conseguirá efetivamente convencer os países ricos a cumprirem suas promessas de aumento de financiamento para ações ambientais no mundo. Por outro lado, o êxito dessa nova renovação de credenciais do Brasil depende de sua capacidade de gerar resultados positivos principalmente no combate ao desmatamento. Dessa forma, a perspectiva de se explorar petróleo em águas próximas à foz do rio Amazonas deve ser revista não apenas porque coloca a Petrobrás e o MMA em rota de colisão, mas principalmente porque vai de encontro ao papel de líder ambiental que o país pretende exercer no mundo.

A Guerra da Ucrânia

No tema da Guerra da Ucrânia, Brasil e Ocidente mantêm posições distintas. Quando o chanceler Olaf Sholz esteve no Brasil, o presidente Lula fez questão de enfatizar que o país não enviaria munições à Alemanha em seu esforço de ajuda militar à Ucrânia. Posteriormente, em possível retaliação, os alemães vetaram a venda de blindados brasileiros com tecnologia embarcada sua às Filipinas. Em janeiro de 2023, Lula admitiu a Sholz que a invasão russa havia sido um erro (UOL, 2023). No entanto, não seria adequado tomar parte no conflito, mesmo que indiretamente. A posição de neutralidade do Brasil ampara-se na tradição diplomática da equidistância pragmática inaugurada pela política externa de Getúlio Vargas na década de 1930. Para uma potência média, a margem de autonomia em relação às grandes potências aumenta quando se opta por uma posição equidistante, de modo a explorar a seu favor a rivalidade entre os centros hegemônicos. Por sua vez, o pragmatismo submete pressupostos ideológicos em política externa a avaliações em cada caso prático conforme o interesse nacional. No caso em tela, Lula agiu de modo pragmático ao não enviar as munições e evitar provocar Moscou, na medida em que o agronegócio brasileiro depende da importação de fertilizantes russos.

Concordamos com Lima (2023, p. 89), segundo quem nada impede que o país hoje retome o projeto de autonomia e equidistância da década de 1930, “aproveitando as eventuais contradições e possibilidades de barganha estratégica nos respectivos relacionamentos bilaterais [com Estados Unidos e China]”. Existem, entretanto, diferenças entre os contextos da década de 1930 e do momento atual. Ao tempo do primeiro governo Vargas, o Brasil se baseava no uso pragmático do americanismo, com o que se utilizou da aproximação com a Alemanha nazista como forma de barganha na negociação com os Estados Unidos para o financiamento da siderurgia nacional. Por sua vez, a política externa do governo Lula segue a corrente autonomista do globalismo, paradigma que descarta a possibilidade de alinhamento aos Estados Unidos. Entretanto, o pragmatismo indica manter-se equidistante na Guerra da Ucrânia e no cenário de rivalidade estratégica entre os dois polos hegemônicos, pois isso é importante ao desenvolvimento definido como vetor da política externa. O Brasil é potência média industrializada com margem de autonomia, porém ainda carece de investimentos externos e principalmente de mercados e matérias-primas necessárias ao agronegócio.

No contexto da Política Externa Independente (PEI), anunciada por Jânio Quadros em 1961, a autonomia passou a significar não-alinhamento a quaisquer dos blocos da Guerra Fria. Em 1962, em seu voto acerca da questão cubana em Punta del Este, o chanceler San Tiago Dantas enfatizou que autonomia também é sinônimo de não-intervenção. Naquela ocasião, o Brasil opôs-se a quaisquer intervenções dos EUA em Cuba, pois considerava que cada país deve ser livre para definir seu regime político. Embora San Tiago Dantas fosse um democrata, acreditava que a democracia não poderia ser imposta a Cuba, porém resultado de uma evolução natural do povo cubano (VIZENTINI, 2003). Dessa forma, pensamos

que a posição do Brasil na Guerra da Ucrânia encontra lastro não apenas na tradição diplomática, senão também na Constituição Federal, cujo Art. 4º, IV consagra a não-intervenção como um dos princípios que regem o país em suas relações internacionais. No entanto, a rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China não deve ser caracterizada como nova Guerra Fria, pois não se trata de uma nova bipolaridade ideológica, tampouco de blocos rígidos que condicionem as escolhas domésticas às internacionais (LIMA, 2023).

Retomemos as três dimensões do conceito de potência média aplicado à posição do Brasil na Guerra da Ucrânia. Do ponto de vista político-diplomático, o país somente poderá ter impacto na ordem internacional por meio de coalizões em foros multilaterais. Essa é a única forma de que o Brasil dispõe para buscar ocupar posição relevante na mediação do conflito. Por essa razão, sua neutralidade é fundamental. Se o país demonstrar predileção por um dos lados, não terá legitimidade suficiente para trabalhar pela articulação de consensos. Como vimos, sua neutralidade também ecoa o acumulado histórico da diplomacia brasileira, sobretudo a defesa da não-intervenção e da solução pacífica de controvérsias. Entretanto, tal posição não é isenta de ambiguidades, pois o realismo e o pragmatismo também compõem o acumulado histórico. No atual contexto, a solução mais realista para o conflito parece ser a obtenção de um cessar-fogo, a qual poderá favorecer a ocupação russa no terreno. Do ponto de vista econômico, a posição de neutralidade responde à necessidade de se manter equidistante em face dos dois polos hegemônicos – Estados Unidos e China –, de cujos mercados e investimentos o Brasil necessita para seu desenvolvimento.

No começo de 2022, quando a AGNU votou sua primeira resolução condenando a agressão russa, a delegação brasileira foi favorável, porém destacou a necessidade de manter-se aberto um espaço de diálogo que pudesse propiciar o fim negociado do conflito. Nesse sentido, o país recusou alinhamento aos Estados Unidos e à União Europeia, pois nunca houve endosso do Brasil às rodadas de sanções econômicas aplicadas à Rússia. Em fevereiro de 2023, o presidente Lula esteve nos Estados Unidos em visita oficial. Por um lado, conversou com o presidente Joe Biden acerca dos ataques à democracia em ambos os países e da gravidade representada pelas *fake news*. Por outro, jamais Lula descreveu a Guerra da Ucrânia como um conflito entre democracias e autocracias, algo comum no Ocidente. Essa aparente contradição pode ser explicada pelo mencionado princípio da não-intervenção. Não cabe ao chefe de Estado brasileiro fazer julgamentos de valor acerca dos regimes políticos de Ucrânia e Rússia. Essa postura está em linha com a equidistância pragmática. Nesse quadro, vemos possibilidade de barganha estratégica do Brasil nos temas do meio ambiente e dos semicondutores. Não à toa, Biden prometeu aporte de recursos ao Fundo Amazônia, assim como acenou a Lula com a possibilidade de *friend-shoring*, ou seja, da integração do Brasil na cadeia global de suprimentos necessários à produção de chips nos Estados Unidos.

Em abril de 2023, o presidente Lula esteve em visita oficial à China. Os dois países retomaram sua parceria estratégica com a assinatura de quinze acordos em diversas áreas. O acordo entre Brasil e China para o desenvolvimento conjunto do CBERS-6 alarmou os Estados Unidos. Nesse ponto, é possível perceber como Lula barganha estrategicamente com a questão ambiental. Uma nova geração de satélites com tecnologia chinesa será importante para aprofundar o monitoramento aéreo dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia. Também houve barganha estratégica no tópico da telefonia móvel. Um dia antes de sua chegada a Pequim, o presidente Lula esteve na fábrica da Huawei em Xangai. Como é sabido, a Huawei está no epicentro da disputa entre Estados Unidos e China pelo domínio do mercado do 5G. Por outro lado, o Brasil soube resistir às pressões chinesas. Havia expectativa em Pequim de que o país anunciaria sua entrada no Belt and Road Initiative, algo que não se concretizou. Em lugar disso, os dois países assinaram apenas um acordo para a promoção de investimentos e cooperação industrial. Consideramos acertada essa decisão do Brasil, tendo-se em vista a necessidade de manter-se equidistante entre os dois polos de poder.

Nos três encontros de cúpula mencionados, Lula salientou a pretensão brasileira de apresentar-se como um mediador para a Guerra da Ucrânia. A Sholz, embasou sua negativa ao envio de munições à Alemanha com o argumento de que o Brasil almeja construir um “clube da paz” destinado a pôr fim ao conflito. Nos Estados Unidos, em entrevista à

CNN, afirmou que não quer entrar na guerra, mas acabar com ela (CNN, 2023a). Entre europeus e norte-americanos, tal ativismo diplomático não teve grande repercussão, pois esperam que o Brasil venha a alterar sua posição de neutralidade em favor da Ucrânia. Na China, a declaração conjunta apontou para a convergência de posições entre os dois países em prol de uma “saída viável para a crise da Ucrânia” (MRE, 2023c). Entretanto, não houve aceno maior dos chineses em direção à constituição de um “clube da paz” liderado por China, Brasil e demais países emergentes. Nos primeiros meses de 2022, Xi Jinping priorizou o eixo bilateral das relações entre China e Rússia em detrimento de uma solução multilateral para o conflito. De fato, pensamos que somente Xi teria influência suficiente sobre os russos para exercer um papel efetivo como fiel da balança. Assim, não surpreende que tanto Vladimir Putin quanto Volodymyr Zelensky tenham reagido favoravelmente a seu plano de paz.

Como vimos, o exercício da autonomia implica observar a viabilidade nacional e a permissividade internacional a cada momento histórico. Na visão de Amorim (2010), o fenômeno mais importante do pós-Guerra Fria foi a ascensão dos grandes países em desenvolvimento. Com essa premissa, em seus dois primeiros governos, o presidente Lula buscou um papel de protagonismo ao país por meio de coalizões Sul-Sul e atuação conjunta nos foros multilaterais. Entre 2010 e 2023, contudo, o Brasil e o mundo mudaram muito. Em sua condição de *system-affecting state*, o país necessita do bom funcionamento dos foros multilaterais para exercer protagonismo. Nos anos 2000, o protagonismo brasileiro esteve ligado ao desempenho da economia puxada pelo boom das commodities. Na última década, porém, a OMC mostrou-se impotente em face do retorno do protecionismo. Hoje em dia, a economia brasileira luta para voltar a crescer em meio ao aumento da dívida pública. Desde o começo da Guerra da Ucrânia, o Conselho de Segurança da ONU tornou-se inoperante pelo reiterado uso do veto pela Rússia (RICUPERO, 2023). Pensamos que os últimos dez anos não confirmaram as previsões de Amorim, na medida em que cada país emergente seguiu seu próprio rumo. Em especial, a China ascendeu e descolou-se dos demais.

No cenário atual, é preciso acompanhar em que medida foros alternativos à ONU – por exemplo, G-7, G-20 e BRICS – serão capazes de encaminhar uma solução para o fim da Guerra da Ucrânia. Em fevereiro de 2023, nova resolução da AGNU condenou a agressão russa. Nesse caso, o Brasil contribuiu com a redação de um parágrafo que pede a cessação das hostilidades em prol de uma paz justa e duradoura. Em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, o país já condenava a invasão da Rússia nas votações da ONU. Adotava, contudo, uma postura de baixo perfil. O atual governo de Lula tem preferido uma postura de alto perfil, sinalizada por suas menções constantes ao “clube da paz” e à mediação brasileira. É um objetivo difícil de ser alcançado. A posição brasileira de equidistância é correta, porém não isenta de ambiguidades. Do ponto de vista jurídico, o país condena a violação da integridade territorial da Ucrânia em cumprimento ao princípio da não-intervenção e à Carta da ONU. Politicamente, entretanto, defende uma solução negociada para o conflito amparada na obtenção imediata de um cessar-fogo. Evidentemente, um cessar-fogo não atrelado à retirada total das tropas russas privilegiaria Moscou na mesa de negociação. Assim, o discurso brasileiro precisa estar bem calibrado para que não soe contraditório e oportunista.

O presidente Lula acertou ao afirmar que o Brasil não quer participar da guerra nem indiretamente, pois almeja tratar da paz. Tal postura segue os princípios da solução pacífica de controvérsias e da defesa da paz, previstos no Art. 4º, VI e VII da Constituição Federal. Em abril de 2023, em seu retorno da China, Lula fez uma parada em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Naquela ocasião, em entrevista coletiva, afirmou que a “decisão da guerra foi tomada por dois países [Rússia e Ucrânia]” (CNN, 2023b). Essas declarações foram saudadas na Rússia, uma vez que o presidente equiparou ambos os países como corresponsáveis pelo conflito. Consideramos que nisso Lula errou, já que suas afirmações contradizem a posição oficial do Brasil nas votações da ONU. Mais do que isso, seus deslizes e improvisos põem a perder sua diplomacia presidencial. Se o Brasil é percebido como um ator parcial, sua pretensão a mediar o conflito tende a enfraquecer-se. O presidente chegou a sugerir à Ucrânia a desistência da Crimeia como solução política para a paz, o que também entra em choque com a defesa da integridade territorial do país na ONU. Lula não conseguirá conduzir bem uma

política de equidistância entre os centros hegemônicos se não diminuir o tom e o ímpeto de seus pronunciamentos. A calibragem do discurso será fundamental para que o Brasil busque atingir seus objetivos na agenda ambiental e na mediação do conflito na Ucrânia em 2024, momento em que obterá visibilidade ao ocupar a presidência rotativa do G-20.

Considerações finais

No presente artigo, analisamos os primeiros cem dias da política externa do novo governo Lula. Inicialmente, utilizamos o conceito de renovação de credenciais para compreender a centralidade que a agenda ambiental assumiu no atual momento. Era preciso restaurar a credibilidade do país após os desencontros do governo anterior com o regime internacional de meio ambiente. Tendo-se em conta que a autonomia depende da permissividade internacional em cada momento, também assinalamos que a agenda ambiental se converteu no pivô da atual política externa porque a emergência climática é hoje prioridade global, o que não ocorria com tal intensidade nos anos 2000. Salientamos que no presente contexto a estratégia de autonomia pela diversificação deve voltar-se para a construção de coalizões Sul-Sul que pressionem os países ricos a aumentarem o aporte de recursos para ações ambientais no mundo em desenvolvimento. Por outro lado, pontuamos que o protagonismo do Brasil nessa agenda depende de sua capacidade de repensar a liderança na América do Sul nos termos da cooperação ambiental, assim como do combate às mudanças climáticas em seu próprio território, o que pode ser prejudicado se projetos de investimento em combustíveis fósseis forem levados adiante.

Na sequência, buscamos explicar a posição de neutralidade que o Brasil tem mantido na Guerra da Ucrânia com base no conceito de equidistância pragmática, bem como na tradição diplomática de solução pacífica de controvérsias e não-intervenção. Avaliamos que tal postura é acertada, pois ela propicia oportunidade para a barganha estratégica entre os dois polos hegemônicos representados por Estados Unidos e União Europeia – os quais apoiam militarmente a Ucrânia; e China – cuja compra de petróleo russo tem auxiliado Moscou a financiar seu esforço de guerra. Do ponto de vista econômico, portanto, a equidistância é correta na medida em que permite ganhar de ambos os lados. O Brasil é um país em desenvolvimento e necessita de acesso a mercados e investimentos externos ocidentais e chineses. Do ponto de vista político-diplomático, defendemos que a equidistância pode permitir ao Brasil exercer um papel de liderança na negociação de um cessar-fogo. Entretanto, argumentamos que a ambiguidade da posição brasileira – a um só tempo principista e pragmática – pode pôr a perder as vantagens da equidistância se o discurso diplomático não for bem calibrado. Em ambas as agendas – ambiental e conflito na Ucrânia – o Brasil comporta-se como potência média e precisará de soluções multilaterais para atingir seus objetivos nacionais.

Referências

- AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula: an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 53, número especial, p. 214-240, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbpi/i/2010.v53nspe/>. Acesso em 17/06/2023.
- CASARÕES, Guilherme. The First Year of the Bolsonaro's Foreign Policy. In: MORI, Antonella (Ed.). **Latin America and the new global order: dangers and opportunities in a multipolar world**. Milão: ISPI, 2020, capítulo 4, p. 81-109.
- CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 51, n. 2, p. 8-25, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbpi/i/2008.v51n2/>. Acesso em 17/06/2023.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. rev. ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. 2ª ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017.
- FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HADDAD, Fernando. Haddad diz que integração da América Latina e aposta em energia limpa são necessários para crescimento regional. **G1**. Rio de Janeiro, 18/01/2023. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/18/haddad-forum-economico.ghtml>. Acesso em 18/06/2023.

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**. Santiago do Chile, v. 12, n. 46, p. 91-130, 1979. Disponível em <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/16458>. Acesso em 17/06/2023.

KEOHANE, Robert O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**. Cambridge, UK, v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LIMA, Maria Regina Soares de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional**, Otoño-Invierno 1994, Vol. 1, nº 2, p. 27-46.

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 79-95, 2023. Disponível em <https://cebri.org/revista/br/edicao/5/jan-mar-2023>. Acesso em 18/06/2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 349-363, 1982. Disponível em <http://dados.iesp.uerj.br/edicoes/?vn=25-3>. Acesso em 17/06/2023.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Veja a íntegra do discurso de Lula na COP 27. **G1**. Rio de Janeiro, 16/11/2022. Disponível em <https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/16/veja-integra-do-discurso-de-lula-na-cop-27.ghtml>. Acesso em 18/06/2023.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Lula diz a Scholz que Rússia está errada, mas nega envio de munição à Ucrânia. **UOL**. Brasília, 31/01/2023. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/01/31/lula-diz-a-scholz-que-russia-esta-errada-mas-nega-envio-de-municao-a-ucrania.htm>. Acesso em 18/06/2023.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Assista à íntegra da entrevista de Lula a Christine Amanpour, da CNN. **CNN Brasil**. São Paulo, 10/02/2023 (a). Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/assista-a-integra-da-entrevista-de-lula-a-christiane-amanpour-da-cnn/>. Acesso em 18/06/2023.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. “Decisão da guerra foi tomada por dois países”, diz Lula sobre conflito na Ucrânia. **CNN Brasil**. São Paulo, 16/04/2023 (c). Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/decisao-da-guerra-foi-tomada-por-dois-paises-diz-lula-sobre-conflito-na-ucrania/>. Acesso em 18/06/2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do Embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, 02/01/2023 (a). Disponível em <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-embaixador-mauro-vieira-por-ocasio-da-posse-no-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2023>. Acesso em 18/06/2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Comunicado Conjunto por ocasião do encontro entre os Presidentes Lula e Biden**. Washington, 10/02/2023 (b). Disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-por-ocasio-do-encontro-entre-os-presidentes-lula-e-biden. Acesso em 18/06/2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o aprofundamento da Parceria Estratégica Global**. Pequim, 14/04/2023 (c). Disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023. Acesso em 18/06/2023.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MUÑOZ, Luciano da Rosa; SPODE, Raphael. Pensamento com teoria: alternativas para o campo de Relações Internacionais no Brasil e na Índia. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, v. 8, n. 15, jan./jun. 2019, p. 336-365. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11551>. Acesso em 10/10/2023.

RICUPERO, Rubens. “Mudaria o Natal ou mudei eu?” A volta de Lula em cenário de policrise global. **CEBRI-Revista**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 31-57, 2023. Disponível em <https://cebri.org/revista/br/edicao/5/jan-mar-2023>. Acesso em 18/06/2023.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional**. Ano I, nº 1, jan./jun. 2010, p. 45-52. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5285/0>. Acesso em 10/10/2023.

SENNES, Ricardo Ubiraci. Potência Média recém-industrializada: parâmetros para analisar o Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 385-413, 1998. Disponível em http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Sennes_vol20n2.pdf. Acesso em 10/10/2023.

VIEIRA, Mauro. “O sectarismo que testemunhamos nos últimos anos representa a negação da diplomacia”. **CEBRI-Revista**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 228-234, 2023. Disponível em <https://cebri.org/revista/br/edicao/5/jan-mar-2023>. Acesso em 18/06/2023.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007. Disponível em <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 18/06/2023.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Funções de colaboração exercidas	
Luciano da Rosa Muñoz:	Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)